

# Parem de nos matar

Mesmo vivendo em pandemia e isolamento, operações policiais no Estado do Rio já fizeram mais vítimas que no mesmo período de 2019. **PÁGINAS 8, 9 E 10**

**Coletivos de favelas e periferias criam painéis alternativos para contabilizar casos de COVID-19**

PÁGINAS 4 E 5

**Lideranças comunitárias, universidades e Fiocruz criam plano de ação contra coronavírus nas favelas**

PÁGINAS 6 E 7

**Reabertura gradual dos serviços não garante melhora na economia**

PÁGINA 14

DOUGLAS LOPES



## Fortalecimento e geração de renda

Além das doações de cestas básicas e itens de limpeza e higiene, a campanha *Maré Diz NÃO ao Coronavírus* tem promovido geração de renda para moradores, possibilitando que a economia da Maré continue girando.

**PÁGINA 11**

## Racismo cotidiano

O racismo e o debate racial têm avançado e estado mais presentes nos espaços da mídia e nas redes sociais, mas ainda existe uma série de fatores culturais, expressões, costumes ou brincadeiras, que fazem com que a nossa sociedade seja racista.

**PÁGINAS 12 E 13**

KAMILA CAMILLO



## EDITORIAL

É sabido que estamos vivendo em meio a uma pandemia e com receio de adoecer... só que moradores de favelas convivem com outros medos. Em meio à crise da saúde, quando deveria ser respeitado o isolamento social e os moradores ficarem em casa, aconteceram diversas operações policiais - três na Maré - que não se adaptaram às normas de distanciamento. Mesmo com parte da população respeitando o isolamento, em março e abril deste ano, 290 pessoas morreram no estado do Rio de Janeiro durante operações policiais, segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP). O número é superior ao do mesmo período no ano de 2019.

No mesmo mês em que a cidade do Rio começa o processo de reabertura dos serviços não essenciais, chegamos ao número de 50 mil pessoas infectadas pelo novo coronavírus. Na quarta semana de junho, pesquisas alertavam para o crescimento do risco de infecção na cidade, justamente devido ao aumento da circulação de pessoas nas ruas. Analisando a movimentação das pessoas por meio do deslocamento das antenas de seus celulares, o *Covidímetro*, grupo de pesquisa da UFRJ, percebeu que a cidade saiu do nível moderado e foi para o nível alto de disseminação do vírus.

Sabemos da necessidade de sair para trabalhar, mas a prevenção é a melhor forma de cuidar da nossa saúde e dos mais próximos de nós. Ainda não controlamos os casos, que tendem a aumentar com a reabertura dos serviços não essenciais. Por maior que seja o estresse de ficar isolado, é importante reforçar que quem pode ficar em casa, fique; use a máscara o tempo todo se precisar sair e se cuide.

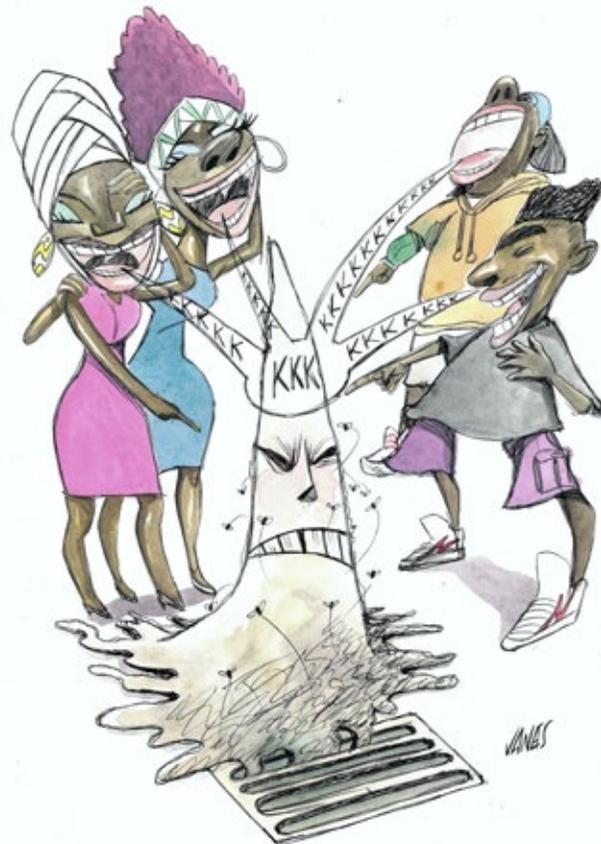
Lembrando sempre de acompanhar as notícias sobre a Maré não apenas pelo Jornal e no *site* do Maré Online, por meio da *Ronda Coronavírus* e do *Por Dentro da Maré*, mas também no boletim *De Olho no Corona!* e no *podcast Maré em Tempos de Coronavírus*. O melhor remédio para as *fake news* é manter-se informado. Até a próxima Edição!

Siga a **redes da maré** nas Redes Sociais

-  [www.facebook.com/redesdamare](http://www.facebook.com/redesdamare)
-  [www.instagram.com/redesdamare](http://www.instagram.com/redesdamare)
-  [www.twitter.com/redesdamare](http://www.twitter.com/redesdamare)
-  [www.redesdamare.org.br](http://www.redesdamare.org.br)

e fique por dentro das novidades!

## CHARGE - VANES



## HUMOR

Dois entregadores carregavam uma cama box pelas escadas de um prédio no Conjunto Esperança. No segundo andar um dos rapazes pede para parar e fala:

- Eu tenho duas notícias, uma boa e outra ruim. A boa é que faltam dois andares para o último.

- O colega pede também a ruim.

O engraçadinho responde: A ruim é que estamos no prédio errado.

A esposa chega em casa e pede para a família se arrumar pois irão para um lugar bem caro. O marido pensa num restaurante e o filho num *shopping*. Depois de um tempo ela responde ao enigma: Vamos todos ao supermercado.

ENVIE SUA POESIA,  
FOTO, RECEITA  
OU PIADA. ESTE  
ESPAÇO É SEU!

[comunicacao@redesdamare.org.br](mailto:comunicacao@redesdamare.org.br)

## EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

**redes da maré**

R. Sargento Silva Nunes, 1012  
Nova Holanda - Maré  
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242  
Telefones: (21) 3105-5531 / 3104.3276  
[www.redesdamare.org.br](http://www.redesdamare.org.br)  
[comunicacao@redesdamare.org.br](mailto:comunicacao@redesdamare.org.br)

PARCERIA:

**actionaid**

UMA INICIATIVA:

Redes de Desenvolvimento da Maré

DIRETORIA:

Alberto Aleixo  
Andréia Martins  
Eliana Sousa Silva  
Edson Diniz  
Helena Edir

COORDENADORA DE

COMUNICAÇÃO:  
Daniele Moura

APOIO:

16 Associações de Moradores da Maré  
Observatório de Favelas  
Conexão G  
Luta pela Paz  
Vida Real

EDITORA EXECUTIVA E

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Daniele Moura  
(Mtb 24422/RJ)

EDITORA

Andressa Cabral

COLABORARAM NESTA

EDIÇÃO

Hélio Euclides

(Mtb 29919/RJ)

Jéssica Pires

Flávia Veloso

Matheus Affonso

FOTÓGRAFO

Douglas Lopes

REVISORA

Elizete Munhoz

PROJETO GRÁFICO

Mórula\_Oficina de ideias

DIAGRAMAÇÃO

Filipe Almeida

IMPRESSÃO

Parque Gráfico do O Globo

TIRAGEM

50 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO

REPRESENTAM A OPINIÃO

DO JORNAL.

PERMITIDA A REPRODUÇÃO

DOS TEXTOS, DESDE QUE CITADA

A FONTE.

## GARANTA O SEU JORNAL!

O **MARÉ DE NOTÍCIAS** chega todos os meses na maioria das residências das nossas favelas. Caso não chegue na sua, é só ir buscar na Associação de Moradores da sua comunidade. É gratuito. Leia também notícias fresquinhas do nosso bairro em [www.mareonline.com.br](http://www.mareonline.com.br)

[f@redesdamare](https://www.facebook.com/redesdamare) [@redesdamare](https://www.instagram.com/redesdamare) [@redesdamare](https://www.twitter.com/redesdamare)

# O que a pandemia tem a ver com meio ambiente?

Como saúde, meio ambiente e exclusão social se relacionam durante a pandemia



## JÚLIA ROSSI

Biofísica, coordenadora do projeto Maré Verde do eixo de Desenvolvimento Territorial da Redes da Maré e atua há 10 anos com projetos socioambientais

Desde a década de 1970, com o surgimento dos movimentos ambientalistas, houve uma tendência de separar a noção de sociedade e meio ambiente, homem e natureza, cidade e campo, como se fossem coisas muito distantes. Hoje, entende-se que meio ambiente é como tudo isso está ligado: o homem também faz parte da natureza e a cidade existe por causa do campo e vice-versa. A pandemia é um bom exemplo para entendermos como esse meio ambiente está presente no nosso cotidiano, como também naquilo que muitas vezes não conseguimos ver.

Nas florestas, os vírus se

encontram em equilíbrio com os seus hospedeiros, que em geral são mamíferos, sem causar mal a essas espécies. Morcegos e ratos são os hospedeiros mais frequentes, pois existem em grande número na natureza, em diferentes locais do mundo. A destruição das florestas pela ação humana, com o avanço da agropecuária e grandes indústrias, aumenta o risco de seres humanos entrarem em contato com esses hospedeiros, que podem causar doenças desconhecidas. É rápido para um vírus que estava em uma floresta chegar na cidade e por isso o meio ambiente é tudo isso, é essa relação de interdependência entre os seres vivos, inclusive, nós, humanos.

A pandemia fez o mundo todo se adaptar. As relações humanas transformaram-se e a dinâmica da economia foi desacelerada, gerando várias consequências. Com base nos dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), que monitora a qualidade do ar na cidade do Rio de Janeiro, pesquisadores avaliaram os efeitos da pandemia nas concentrações de poluentes

DOUGLAS LOPES



Projeto Verdejando aconteceu na Maré em parceria com o Maré Verde, da Redes da Maré

em três bairros: Irajá, Bangu e Tijuca. Percebeu-se uma diminuição significativa das concentrações de poluentes em todos os bairros avaliados, sobretudo a partir de 23 de março, quando o governo adotou medidas mais rígidas do isolamento social.

Essa nova dinâmica na produção de bens e serviços pode produzir resultados positivos para a humanidade, desde que os direitos básicos sejam garantidos também para as populações mais vulneráveis. Nas favelas, ficou ainda mais evidente como saneamento e às condições de saúde pública estão relacionados, como ter acesso à água potável e ao tratamento de esgoto domiciliar e industrial. Como exigir que as pessoas higienizem as mãos se o acesso à fonte de água é precário e os recursos para adquirir sabão e álcool em gel são escassos?

No levantamento de dados em 2013 realizado pelo Censo Populacional da Maré, dos 47.758 domicílios existentes na Maré, 98,3% possuem água canalizada dentro do próprio domicílio. Entretanto, são 417 domicílios com fonte de água apenas na área externa e 151 sem água encanada. Considerando que temos, em média, 3 habitantes por do-

micílio, cerca de 450 moradores da Maré não possuem acesso à água. Se olharmos para o tratamento de esgoto, a situação também assusta, uma vez que esse serviço público não atende à Maré. Hoje, a Estação ETE Alegria opera com 15% a 20% de seu potencial, atendendo apenas parte da Zona Norte, Centro e alguns bairros da Zona Sul.

A saúde e meio ambiente estão diretamente relacionados e a violação do direito à água e ao esgotamento sanitário gera exclusão social, sobretudo durante a pandemia, quando os cuidados precisam ser ainda mais rigorosos.

Existem diversos grupos e pessoas que reivindicam esses direitos socioambientais na Maré. Essa rede está começando a se fortalecer e repensando formas de atuar nesse contexto de isolamento social em que as prioridades se transformaram e se tornam ainda mais necessários o cuidado e a união. Alguns deles são: Muda Maré, Eco Maré, CoCoZap, Roça, Pontilhão Cultural, Eco Rede, Valdenise, Bhega, Seu João, Seu Hélio, Douglas Thimóteo, Carlos Chagas, Tereza Onã, Karla Rodrigues e outros tantos coletivos e ativistas que estão se somando a essa luta.

DOUGLAS LOPES



Grupo Active Citizens durante mutirão Maré Verde no CIEP Gustavo Capanema

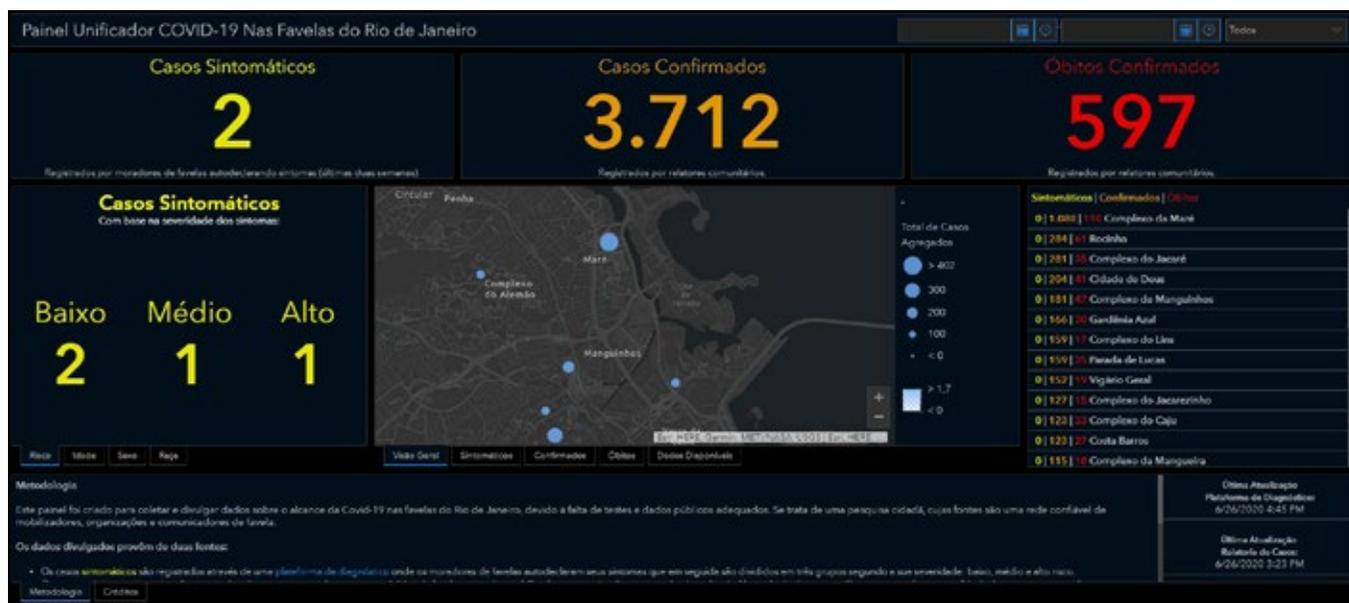
# Números que representam doentes e mortes

Dados da COVID-19 não retratam a quantidade real dos contaminados e surge a necessidade de se fazer levantamentos alternativos

HÉLIO EUCLIDES

“Onde está o Wally?” O personagem da série inglesa de livros infantis que se esconde em meio às pessoas poderia ser trocado em tempos de pandemia por: onde estão os testes? Com a não realização da testagem, é difícil afirmar corretamente o número de doentes pelo coronavírus. Além disso, o painel do Ministério da Saúde sofre com a interferência do presidente da República, que tenta sonegar dados. O ponto alto aconteceu no dia 7 de maio, quando dois dados divergentes foram divulgados de casos confirmados e de mortes pela doença, o que causou muita confusão e desconfiança.

No início de junho, outra firula foi realizada no painel federal. Foi criada uma nova versão para a divulgação dos dados, que em vez de oferecer o panorama que permitia visualizar a curva de casos, óbitos e altas médicas, passou a priorizar apenas os dados incluídos no sistema das últimas 24 horas. Além disso, houve um ajuste no horário, fazendo com que a divulgação dos dados passasse a acontecer após às 21h, dificultando sua divulgação pelos veículos de comunicação. Com a restrição ao acesso de dados, um conglomerado, que reuniu seis grupos de comunicação, começou a buscar as informações necessárias nos 26 estados e no Distrito Federal, fornecidas pelas secretarias estaduais de saúde, para um resultado preciso.



Painel Unificador COVID-19 nas Favelas é um dos painéis que reúne dados alternativos aos apresentados pela Prefeitura

Para **Valcler Rangel Fernandes**, médico sanitário e chefe de gabinete da Fiocruz, o desencontro de dados que ocorre no Brasil traz enorme prejuízo, quando se introduz fatores que confundem a população, além de perder visibilidade e transparência sobre os dados, causando uma confusão desnecessária. Outra questão importante para o médico é que, ao se tentar mudar critérios de introdução de informações na série histórica da avaliação da pandemia, faz com que se perca um modo de comparação adequada com o momento atual, o passado e, obviamente, o futuro.

O médico destaca que a importância de coleta e divulgação de dados é central, por ser um direito da população saber o que está ocorrendo, efetivamente, com as pessoas, nesse processo da pandemia. “É preciso saber quantos estão doentes ou morrendo. É uma contagem básica de qualquer ação de saúde pública, principalmente para que a população saiba e con-

siga ver transparência sobre esses dados e também para que os profissionais e gestores possam tomar decisões adequadas”, avalia.

Outro problema que Valcler Fernandes percebe é referente à testagem no Rio de Janeiro, algo que é grave, pois é o estado que menos faz diagnósticos no País inteiro. Isso faz com que não se consiga priorizar determinadas áreas, nem investimentos nem planejar qual o tamanho dos gastos com medicamentos e insumos. “Além

disso, tivemos uma derrota na questão do isolamento social, ainda não totalmente, óbvio que são várias etapas que precisam ser cumpridas. Na hora que se confundem os dados, fazemos o mesmo com os métodos utilizados de prevenção e o momento exato de afrouxar ou apertar o isolamento social. O resultado são duas situações ruins, não conseguimos interromper a cadeia de transmissão totalmente e ainda temos os males que o isolamento social nos traz”, conclui.

COVID-19 NAS FAVELAS

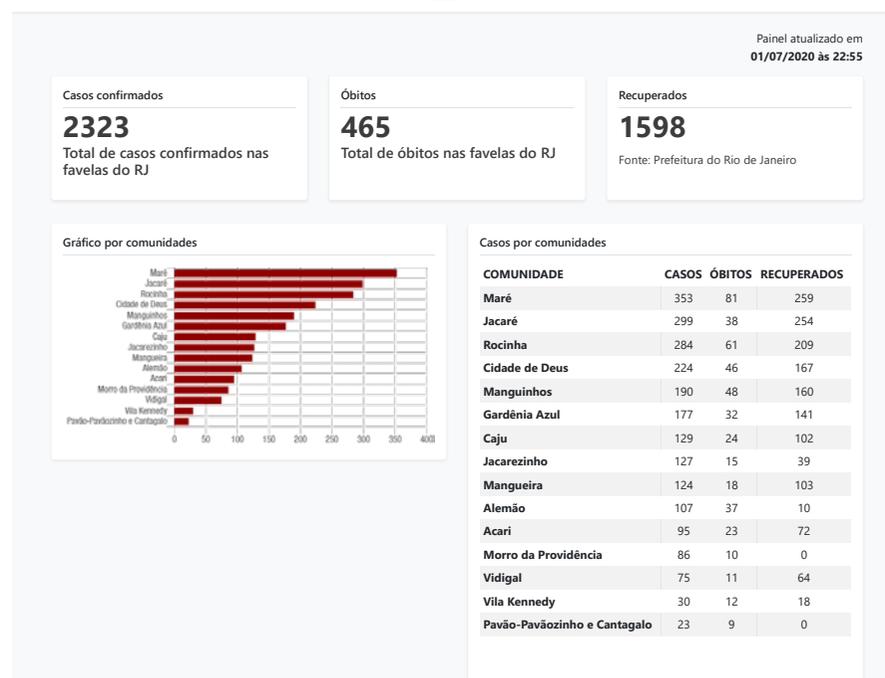


Gráfico do Painel COVID-19 nas Favelas, do Voz das Comunidades, é atualizado diariamente

## Uma população de invisíveis

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) alerta para a subnotificação estadual, com indicadores de que apenas 7,2% dos casos de COVID-19 são confirmados, além do fato da baixa capacidade do sistema de saúde de realizar testes diagnósticos do novo coronavírus e fazer o monitoramento da doença. Os dados corretos são primordiais para que se possa organizar os serviços e direcionar ações de proteção e de saúde.

Os dados oficiais são questionados por moradores de favelas. No dia 22 de junho, o painel da Prefeitura apresentava o Complexo do Alemão, que tem quase 70 mil moradores, com 11 casos. Em comparação, há a Vila Residencial, na Cidade Universitária, que conta com menos de 2 mil habitantes, mas o painel mostrava 25 casos. Para acompanhar mais de perto esses números, em 10 de abril, o coletivo *Voz das Comunidades* criou um portal independente para atualizar as informações sobre casos de coronavírus em 17 favelas

da cidade. O painel *COVID-19 nas Favelas* monitora os casos de acordo com os dados divulgados pela Prefeitura do Rio, pelo governo do estado e também pelas clínicas da família. No portal extraoficial, o Complexo do Alemão apresentava 106 casos confirmados até o dia 23 de junho.

Um dos pontos defendidos pelo projeto é a testagem em massa nas favelas e a divulgação mais clara dos números de suspeitos e infectados. “O *Voz das Comunidades* é um veículo que é da favela e fala para os moradores dela. Entendemos que o painel da Prefeitura apresentava os números de uma maneira muito geral, e decidimos realizar um filtro, contabilizando apenas as favelas. Acredito que a população local aceitou de uma forma positiva”, comenta **Melissa Rachel Cannabrava**, editora do *Jornal*.

Uma das favelas beneficiadas com o painel *COVID-19 nas Favelas* é a Gardênia Azul, onde 50 pessoas colaboram na coleta de dados, além da entrega de cestas básicas.

“Percebemos que a contagem midiática normal não apurava corretamente. Decidimos, em união, fazer juntos o painel. A favela é beneficiada com uma contagem mais honesta. A coleta de dados é importante para identificar a expansão da doença na cidade e em especial na favela”, diz **Rafael Oliveira**, produtor cultural e coordenador do Coletivo Favela Vertical.

## Um Boletim para a Maré

Os números na Maré também causam divergências. No dia 29 de junho, o painel da Prefeitura revelou 342 casos e 81 mortos. O Boletim *De Olho no Corona!*, organizado pela Redes da Maré, retratava 1.053 casos, entre suspeitos e confirmados, e 110 mortes, também entre confirmadas ou suspeitas pelo coronavírus. Esse levantamento junto aos moradores começou no início de abril, em conjunto com a campanha *Maré diz NÃO ao Coronavírus*. O Boletim é uma sintetização de números com temas específicos a cada semana, como internação, perfil dos do-

entes e subnotificação e dá destaque àqueles que não estão contabilizados e não têm possibilidade de testagem. Assim como no caso do Alemão e Gardênia Azul, o levantamento feito pelo Boletim dialoga mais com o território, por ter uma relação mais próxima com quem se fala.

“Percebemos que a população está lendo o Boletim e tendo confiança no nosso trabalho. Com esses dados, queremos provocar os governantes para a responsabilidade de trazer políticas públicas. Há falta de investimento no SUS. Em 2017, a cobertura do atendimento básico na Maré era de 70%. Após cortes e mudança de gestores, hoje é de 50%”, expõe **Luna Arouca**, coordenadora do Espaço Normal e do Boletim *De Olho no Corona!* Para pessoas com sintomas de coronavírus, tem de haver o monitoramento a cada 48 horas. O Boletim descreve também que há relatos de pessoas que dizem não ser acompanhadas.

“O painel que as três instâncias governamentais apresentam estão manipulados, já que não há testes. O número é bem maior, eu tive a COVID-19 em março, mas, como a maioria, não entrei na contagem”, diz **Edvaldo de Oliveira**, morador de próximo ao Parque Ecológico, na Vila dos Pinheiros. O número de um milhão que contraíram o coronavírus e 50 mil mortos assusta. “Depois que todos da minha família contraíram e perdi meu pai, não assisto mais televisão. Os números me deixam horrorizada, pois é uma doença grave”, conta **Sheila Fernandes**, nascida e criada na Vila do João.

MORADORES COM SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE COVID-19 NA MARÉ ATÉ 29/06

1.053

PESSOAS COM SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE COVID-19 NA MARÉ



342

CASOS CONFIRMADOS  
Painel Rio COVID-19

711

CASOS SUSPEITOS, SEM CONFIRMAÇÃO  
"De Olho no Corona!"

ÓBITOS POR COVID-19 NA MARÉ ATÉ 29/06

110

ÓBITOS SOB SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE COVID-19 NA MARÉ



81

ÓBITOS COM CONFIRMAÇÃO DA DOENÇA  
Painel Rio COVID-19

29

ÓBITOS COM SUSPEITA DE COVID-19, SEM CONFIRMAÇÃO  
"De Olho no Corona!"

# Favelas na luta contra a COVID-19

Com o objetivo de criar condições adequadas para enfrentar a COVID-19 nas favelas, uma proposta foi entregue à Secretaria de Estado de Saúde



DOUGLAS LOPES

Algumas das favelas do Rio, junto a universidades e Fiocruz desenvolveram plano para enfrentamento da pandemia

JORGE MELO

A cidade do Rio de Janeiro passou dos 52 mil casos no mês de junho, além das mais de 6 mil mortes provocadas pela COVID-19. Nas favelas cariocas a situação é ainda mais grave. Na Maré, segundo os dados oficiais do dia 29 de junho, eram 342 casos confirmados e 81 óbitos. No entanto, no mesmo dia a Edição do Boletim *De Olho no Corona!*, da Redes da Maré, que mantém um canal direto com os moradores, apontava 1.053 casos, entre suspeitos e confirmados, e 110 mortes.

Com o objetivo de criar condições adequadas para enfrentar a COVID-19 nas favelas, foi criada uma parceria entre lideranças comunitárias da Maré, Complexo do Alemão, Rocinha, Cidade de Deus e Santa Marta, pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Uni-

versidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). No dia primeiro de maio essas lideranças entregaram ao subsecretário de saúde do estado, Roberto Pozzan, e ao subsecretário municipal de Saúde, Leonardo El-Warrk, o *Plano de Ação Covid nas Favelas do Rio de Janeiro: uma catástrofe a ser evitada*. No Rio de Janeiro, cerca de um milhão e 400 mil pessoas vivem em favelas, numa população de 6 milhões e 700 mil habitantes, segundo dados do IBGE.

O plano traz propostas em três dimensões: prevenção, atendimento médico e apoio social. O grupo sugere também um Gabinete de Crise de Atenção às Favelas, reunindo estado e município, em articulação com a Fiocruz, organizações comunitárias e universidades. Segundo **Lidiane Malanquini**, coordenadora do eixo de Se-

gurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré, sem políticas públicas específicas para as favelas é impossível conter o avanço do vírus nesses territórios, que têm imensas carências. “Na realidade” – ela afirma – “nessas situações, todos os planos são pensados a partir da realidade da classe média.”

Ações de comunicação também integram o plano, com alertas da evolução da doença; teleatendimentos realizados em parceria com universidades; pro-

teção de grupos vulneráveis; atenção aos grupos que podem ser vetores do vírus, como os mototaxistas; e ações de desinfecção nas favelas. A proposta inclui ainda instalação de polos de atendimento exclusivos para COVID-19, articulados à gestão dos leitos disponíveis; espaços de quarentena assistida e proteção efetiva das unidades básicas de saúde e de assistência social. Ações indicam o uso do painel de monitoramento da COVID-19; diagnóstico e racionalização dos equipamentos de saúde locais; centros de referência para articulação de ações intersetoriais; apoio social e agilização dos sepultamentos. Lidiane lembra que é fundamental, por exemplo, dar mais atenção aos equipamentos de saúde nas favelas. “Na Maré, uma das unidades de saúde, inaugurada há dois anos, ainda funciona à base de gerador e não tem instalação de água e saneamento básico.”

O plano completo está disponível para leitura no link:

[https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/05/PlanodeAcao\\_COVID19-e-FAVELAS-RJ.pdf](https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/05/PlanodeAcao_COVID19-e-FAVELAS-RJ.pdf)



Colagem dos cartazes da Campanha “Se liga no Corona”, uma das ações preventivas do plano

## Parcerias

Na apresentação do plano, **Marcelo Burgos**, diretor do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, explicou que o documento é uma ponte para levar as necessidades das favelas do Rio de Janeiro, na perspectiva das lideranças comunitárias, aos poderes municipal e estadual, a fim de gerar políticas públicas para o enfrentamento da pandemia. “É fundamental o alinhamento das autoridades do estado e município; as favelas enfrentam condições especiais que as tornam mais frágeis diante dos desafios de uma pandemia”. As favelas vivenciam problemas de saneamento básico, fornecimento de água potável e habitação; famílias numerosas em pequenos espaços, cômodos sem ventilação, espaços sem acesso à luz solar e umidade excessiva. “Como se pode falar em isolamento de uma pessoa com sintomas para uma família que vive numa moradia de dois cômodos?”, alerta Lidiane Malanquini.

No dia 4 de maio os responsáveis pela elaboração do plano se reuniram com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), por iniciativa

da deputada Renata Souza (PSOL), presidente da Comissão. O objetivo era detalhar as medidas e o apoio institucional para transformar o projeto em realidade. O presidente da ALERJ, deputado **André Ceciliano** (PT), garantiu o financiamento para o plano. “Só nos meses de março e abril, a Assembleia economizou R\$108 milhões e está disposta a aportar recursos para concretizar esse plano”. Segundo Ceciliano, as desigualdades sociais enfrentadas pelos moradores das favelas se apresentam como entraves para quarentena e isolamento social dignos. Segundo **Nísia Trindade**, presidente da Fiocruz, “o vírus não é democrático; começou nas camadas mais privilegiadas, mas a letalidade mostra uma incidência cada vez maior nas áreas mais pobres.”

### A responsabilidade da Prefeitura

No dia 29 de maio, o grupo responsável pelo plano reuniu-se com a secretária municipal de saúde, Beatriz Busch, e o chefe da Casa Civil, Paulo Albino Soares. Segundo **Richardlly Martins**, professor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UFRJ, “esse encontro foi muito importante porque o plano, uma iniciativa da sociedade civil, foi assumido pela

Secretaria Municipal de Saúde, que é o órgão que institucionalmente tem a responsabilidade de implementar essas medidas.”

Foi constituído um grupo de trabalho que, a partir da estrutura municipal, os recursos financeiros da ALERJ e a colaboração da Fiocruz, vai dar consequência ao plano. Serão contempladas, prioritariamente, cinco áreas escolhidas com base em critérios técnicos, como o cruzamento entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região e o mapa de atendimento básico à saúde. As regiões com os índices mais baixos terão preferência. O orçamento está sendo detalhado e prevê R\$1 milhão/mês para cada uma das cinco áreas definidas. “Estamos otimistas. Existe vontade política da Prefeitura de implementar o plano, os recursos garantidos e o grupo já está trabalhando”, afirma Marcelo Burgos.

### Comunidades mobilizadas

Enquanto o plano está em andamento, as comunidades como o conjunto de favelas da Maré (140 mil moradores); Rocinha (100 mil moradores), Complexo do Alemão (69 mil moradores) e Cidade de Deus (38 mil habitantes) já estão trabalhando para proteger e apoiar a população em situação de vulnerabilidade com distribuição de cestas básicas, kits de higiene e álcool em gel, além de campanhas de informação e conscientização, com o apoio da Fiocruz. A campanha *Maré Diz Não ao Coronavírus*, por exemplo, em três meses doou 914 toneladas de itens de alimentação, limpeza e higiene, atendendo a mais de 40 mil pessoas. Distribuiu também mais de 24 mil “quentinhas”. No entanto, segundo Lidiane Malanquini, esse trabalho vem sendo prejudicado por operações policiais que, apesar da pandemia, não foram suspensas. “O Estado mostra nessa crise sanitária e humanitária o seu lado mais perverso. É um absurdo você ter de contar com o apoio e a solidariedade de organizações, ao mesmo tempo em que acontecem operações policiais em pleno período de isolamento social, que provocam o fechamento das unidades de saúde.”



DOUGLAS LOPES

Associações de moradores, Comlurb e Redes da Maré têm atuado juntas na desinfecção de vias, outra ação do plano

# Como anda o nosso direito à Segurança Pública?

Supremo Tribunal Federal suspende operações policiais no Rio durante a pandemia, mas ações seguem violando direitos dos moradores da Maré e outras favelas

JÉSSICA PIRES E LEVI GERMANO

As 15 favelas do Rio de Janeiro somavam 2.276 pessoas contaminadas e 456 vítimas fatais do coronavírus no dia 2 de julho, de acordo com os dados do painel COVID-19 nas Favelas, do coletivo *Voz das Comunidades*. Apesar do número alarmante, não representa ainda a realidade, diante das inúmeras questões que o Brasil tem enfrentado em relação à produção e publicação de dados sobre a pandemia. O Boletim *De Olho no Corona!* produzido pela Redes da Maré informou que, até o dia 2 de julho, as 16 favelas da Maré apresentavam, pelo menos, 1.053 casos da doença (342 confirmados e 711 suspeitos) e 110 óbitos.

Mesmo diante desta crise sanitária sem precedentes, o direito à vida nas favelas do Rio de Janeiro continua sendo negado pela política de Segurança Pública adotada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com relatório sobre operações policiais no Rio de Janeiro durante a pandemia, da Rede de Observatórios da Segurança, houve mais operações policiais e mais mortes decorrentes delas durante a pandemia, se comparado com o mesmo período de 2019. Houve uma redução no início do isolamento social, em março, porém, o aumento de ações em abril e maio, com vítimas fatais, é indicado pelo relatório e foi notado pelos trágicos episódios de vidas jovens e negras interrompidas.

No dia 15 de maio, uma operação conjunta do BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais), da Polícia Militar, da Desarme (Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos) e da Polícia Civil no Complexo do Alemão resultou em 13 mortes. Três dias depois da chacina no Complexo do Alemão, aconteceram duas operações em regiões distintas da Região Me-

DOUGLAS LOPES



Mesmo durante a pandemia e isolamento social, moradores da Maré tiveram de lidar com três operações policiais

tropolitana do Rio, vitimando dois jovens. Uma operação foi realizada no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, e resultou na morte de João Pedro Mattos Pinho, de 14 anos, alvejado com um tiro de fuzil na barriga. O menino estava na casa da tia com o primo da mesma idade e outros quatro adolescentes, quando a casa foi invadida por policiais. Já em Acari, Zona Norte do Rio, Iago César dos Reis Gonzaga, de 21 anos,

“Quero dizer, senhor governador, que a sua polícia não matou só um jovem de 14 anos com um sonho e projetos.

A sua polícia matou uma família completa, matou um pai, matou uma mãe e o João Pedro. Foi isso que a sua polícia fez com a minha vida.” (Neilton Pinto, pai de João Pedro, morto aos 14 anos)

foi baleado e sofreu violência policial, segundo familiares. O jovem foi levado pelos policiais e encontrado morto no dia seguinte.

## Articulação pela vida nas favelas

Diante o histórico de crescimento da letalidade na ação das forças policiais nas favelas, organizações da sociedade civil e que trabalham na defesa das vidas nas favelas têm provocado o Judiciário a rever a legalidade da política de Segurança Pública adotada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro. Uma ferramenta utilizada para isso é a ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - um tipo de ação judicial, prevista no artigo 102, § 1º, da Constituição Federal de 1988, que tem por objetivo impedir que o poder público pratique condutas inconstitucionais contra a sociedade.

Em novembro, ADPF nº 635/RJ, ou *ADPF das favelas* (como foi batizada pelas organizações envolvidas), foi proposta ao Supremo Tribunal Federal (STF) por causa da comprovação do aumento de operações policiais violentas e do crescimento considerável da letalidade policial

nessas ações, que aconteceram em 2019, no Rio de Janeiro.

A ação, proposta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em conjunto com a Defensoria Pública do Estado do Rio e organizações da sociedade civil, discute e propõe à Suprema Corte que declare inconstitucional a política de segurança pública adotada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, obrigando o governador, dentre outras medidas requeridas, a elaborar um plano de redução da letalidade nas operações policiais realizadas nas favelas. Este plano deverá prever a proteção à comunidade escolar, participação social (transparência) na sua elaboração, e proibição do uso de helicópteros como plataforma de tiro. Dentre outros detalhes, os autores da ADPF propõem o prazo de 90 dias para que o governo apresente o plano ao STF.

A participação de organizações sociais na discussão da ADPF 635 é fundamental, pois pluraliza a ação, trazendo diferentes pontos de vista, interesses e argumentos da vivência sobre quem acompanha de perto as violações cometidas. Essa participação é possível por meio de *amicus curiae* ou “amigos da corte”.

Para ser amigo da corte é necessário ser uma entidade ou instituição e demonstrar a capacidade de

levar contribuições relevantes para o julgamento, além de demonstrar sua representatividade para discutir. São *amicus curiae*, na ADPF 635, a Redes da Maré, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Organização Conectas, o Movimento Negro Unificado e o ISER (Instituto de Estudos da Religião). O Coletivo Papo Reto, Movimento Mães de Manguinhos, Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, Fala Akari, Iniciativa Direito à Memória e Justiça Social também colaboram na discussão do processo.

### Suspensão de operações policiais durante a pandemia

No dia 5 de junho, o ministro Edson Fachin, do STF, relator da ADPF das favelas, votou pela suspensão das operações policiais durante a pandemia do coronavírus. A realização das operações durante o período estará sob pena de responsabilização civil e criminal. Hipóteses absolutamente excepcionais estariam autorizadas, mas elas devem ser devidamente justificadas, por escrito, pela autoridade competente, com a comunicação imediata ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – responsável pelo controle externo da atividade policial. O voto do ministro pode ser lido na íntegra no link: <http://www.stf.jus.br/>

[arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anelxo/ADPF635DECISaO5DEJUNHO-DE20202.pdf](http://arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anelxo/ADPF635DECISaO5DEJUNHO-DE20202.pdf).

Fachin agendou julgamento colegiado (coletivo) determinando a proibição de operações policiais durante a pandemia do coronavírus no Rio de Janeiro. A medida começará a ser julgada no plenário virtual pelos 11 ministros do STF em 26 de junho, podendo se estender até agosto, devido ao recesso do judiciário.

Até o fechamento do Jornal, votaram os ministros Edson Fachin, Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski, com os dois últimos acompanhando o voto do relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 635, Edson Fachin, pela manutenção da medida cautelar que proíbe operações policiais nas favelas do Rio. Assim, o placar está 3x0 para manutenção da liminar que proíbe as operações policiais durante a pandemia da COVID-19, podendo acontecer em hipóteses absolutamente excepcionais, justificadas por escrito pela autoridade competente, com a comunicação imediata ao Ministério Público do Rio de Janeiro. Como são 11 ministros, são necessários mais três votos favoráveis à medida para formar maioria e confirmar a manutenção dos efeitos da liminar até o fim do processo.

Para a cientista social e especialista em Segurança Pública, **Silvia Ramos**, a suspensão das operações pelo STF tem um grande valor simbólico. “A articulação discursiva do governador Wilson Witzel acentuou ainda mais esse problema que a Polícia Militar do Rio já tem, há muitos anos, em relação ao uso excessivo da força letal”. Para a coordenadora do CeSec (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) não é momento de ingenuidade sobre a redução dos números de violência policial, por causa da suspensão. Porém, a ação do STF demonstra que é preciso impor condições e limites para a atuação da polícia no Rio de Janeiro, que virou uma cultura.



DOUGLAS LOPES

Uma das propostas da ADPF é a proibição do uso de helicóptero em operações como plataforma de tiro



Boletim De Olho no Corona! traz dados de 2019 e do primeiro semestre de 2020

### Brecha para a excepcionalidade

Mesmo com a votação da ADPF e a suspensão das operações policiais durante a pandemia do coronavírus, no último dia 17 de junho uma ação policial foi realizada nas favelas Nova Holanda e Parque Maré. Homens do Batalhão de Polícia de Choque passavam pela Avenida Brasil e, supostamente, foram atingidos por tiros, desencadeando a ação. De acordo com a assessoria de imprensa e o porta-voz da PMERJ, coronel Mauro Fliess, a mobilização de mais policiais do Choque para a ação na região foi emergencial. Ações de solidariedade, como a entrega de cestas básicas e itens de higiene e o trabalho de desinfecção das ruas, foram interrompidas e o atendimento na Clínica da Família Jeremias Moraes da Silva, que fica na Nova Holanda, ficou suspenso durante toda a manhã.

Diante de ações policiais como a do dia 17 de junho na Maré, posteriores à data da decisão do STF (05/06), o conjunto dos amigos da corte está se articulando para moni-

torar operações policiais nas favelas do Rio e pressionar o Ministério Público do Estado a fiscalizar o cumprimento da determinação judicial por parte do governo fluminense. Na sexta-feira, 18 de junho, foi enviado ao relator da ADPF 635 uma manifestação sobre o possível descumprimento da decisão na operação policial

realizada no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, no dia 12 de junho, cuja motivação era a interrupção de uma festa de aniversário de um traficante da região. No documento, argumenta-se que a operação não se enquadra no que pode ser considerado hipótese de absoluta excepcionalidade e pede que o ministro Fachin intimasse o governo e Ministério Público estaduais prestem esclarecimentos sobre a operação e comprovem que respeitaram a ordem judicial da Suprema Corte.

Antes dessa ação, aconteceram três operações policiais na Maré. No dia 27 de março, em Marcílio Dias; no dia 6 de abril, no Parque União e, em 29 de abril, no Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro e Nova Maré. No dia

6 de abril, as Clínicas da Família Diniz Batista, do Parque União, e Jeremias Moraes da Silva, da Nova Holanda, tiveram o atendimento suspenso. No dia 29, as Clínicas da Família Augusto Boal e Adib Jatene interromperam suas atividades. Violações, como invasão ao patrimônio, também foram relatadas nas primeiras duas operações.

O *De Olho na Maré*, projeto da Redes da Maré responsável por acompanhar e sistematizar os impactos das operações no território, identificou que, juntas, essas quatro operações durante a pandemia somaram uma morte, sete feridos, sete invasões em domicílio e três dias de perda, parcial ou total, dos atendimentos nas unidades de saúde.

## SUSTENTAÇÃO ORAL POPULAR

Familiares de vítimas da violência de Estado e moradores de favelas se uniram em um vídeo (<https://www.youtube.com/watch?v=wIWWBpoZARA>) para apresentar as razões pelas quais as operações policiais durante a pandemia devem ser barradas pelo Supremo Tribunal Federal. Essa mobilização ficou conhecida como sustentação oral popular, um paralelo à sustentação oral formal de advogados perante os juízes. Participam como depoentes as seguintes pessoas:

- Ana Paula Oliveira, mãe de Johnathan de Oliveira, assassinado em Mangueiros.
- Anielle Franco, irmã de Marielle Franco.
- Buba Aguiar, Coletivo Fala Akari.
- Bruna Silva, mãe de Marcos Vinícius, assassinado na Maré.
- Catarina da Silveira, mãe de Rogério da Silveira.
- Dalva Correia, mãe de Thiago, assassinado no Borel.
- Giselle Florentino, Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial.
- Gizele Martins, Movimento de Favelas do Rio.
- Irone Santiago, mãe de Vitor Santiago.
- Joyce da Silva, filha de Marco da Silva, assassinado no Vidigal.
- Laura Ramos, mãe do Lucas Azevedo, assassinado em Costa Barros.
- Marcelo Dias, Movimento Negro Unificado.
- Monica Cunha, mãe de Rafael Cunha, assassinado no Riachuelo.
- Patrícia Oliveira, Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência.
- Rafaela Mattos, mãe de João Pedro Mattos, assassinado no Salgueiro, em São Gonçalo.
- Uidson Alves, irmão de Maria Eduarda, assassinada em Acari.
- Vanessa Salles, mãe da Ágatha, assassinada no Alemão.

# Geração de renda em meio à crise de emprego

Moradoras e moradores da Maré conseguem manter renda familiar prestando serviços para a campanha *Maré Diz NÃO ao Coronavírus*



DOUGLAS LOPES

Costureira que participa da campanha da frente *Tecendo Máscaras e Cuidados*  
**FLÁVIA VELOSO**

Na chegada da pandemia ao Brasil, as organizações sociais e coletivos de favelas já se preocupavam e começavam a se articular para quando a doença se espalhasse por territórios periféricos, historicamente esquecidos pelo poder público. E a crise no emprego veio alarmante. Com a falência de pequenos e médios negócios e empresas que estão cortando suas folhas de funcionários, o brasileiro vem perdendo postos de trabalho a cada mês. Além da fome, pauta urgente para muitos que ficaram sem renda nesse momento, o desemprego levou a equipe administradora da campanha *Maré Diz NÃO ao Coronavírus* a pensar e discutir como a crise tiraria o sustento de muitas famílias e o que poderia ser feito para garantir renda para essas pessoas.

## Nós por nós

A campanha vem conseguindo mobilizar centenas de pessoas, entre

parceiros e moradores, que diariamente trabalham para tentar diminuir os impactos da COVID-19 no conjunto de favelas da Maré. Desta forma, além de prestar serviços, essas pessoas garantem renda para suas famílias durante a campanha *Maré Diz NÃO ao Coronavírus* e fortalecem a economia

local, uma vez que os moradores compram e consomem dos comerciantes e produtores da Maré.

São mais de 120 moradores da Maré prestando serviços remunerados, como as costureiras, que estão confeccionando a meta de 235 mil máscaras, e cozinheiras que fazem 300 “quentinhas” diárias, de domingo a domingo. Entre eles também têm os motoristas que transportam cestas básicas e itens de higiene e limpeza e pessoas que vão às ruas, becos e vielas para desinfetar os espaços com produtos de sanitização.

“*Tecendo Máscaras e Cuidados* é uma iniciativa criada recentemente, que veio para fortalecer a rede de apoio e acolhimento de mulheres da Maré, um dos grandes pilares

da Casa das Mulheres e da Redes da Maré, que é a geração de renda como processo de autonomia e empoderamento feminino”, diz **Andreza Jorge**, coordenadora da Casa das Mulheres e da frente *Tecendo Máscaras e Cuidados*, que conta com costureiras para a confecção de máscaras faciais de pano reutilizáveis.

Há mais de 20 anos, a Redes da Maré promove cursos, formações, conversas, geração de renda, eventos culturais e informações que têm como objetivo impactar positivamente os mareenses e, assim, desenvolver o território. E graças a essa rede de desenvolvimento, que vem crescendo há duas décadas, é possível mobilizar e buscar soluções para toda a favela.

## PESSOAS QUE FAZEM A CAMPANHA



“Eu sou imigrante de Gana e trabalho no *buffet* do Maré de Sabores há três anos. A pandemia tem sido difícil para a gente que é imigrante, em relação à saúde e ao dinheiro. Esse projeto está ajudando a gente a ganhar dinheiro, conseguir pagar as contas e proteger nossa saúde. A iniciativa não ajuda só a nós, que estamos trabalhando, mas também quem está recebendo as ‘quentinhas’, e isso melhora o nosso relacionamento de amor com toda a comunidade”, **Sandra**, moradora do Parque União e cozinheira da frente Sabores e Cuidados.

“Eu trabalho com costura, faço uniformes para lojas de rua e *shoppings*. Durante a pandemia, o serviço caiu muito. A renda tem sido de grande ajuda para a família, eu até gostaria que continuasse depois da pandemia. Eu sinto que estou ajudando as pessoas e eu fico alegre em saber que as pessoas estão usando as máscaras que eu faço”, **Ana Paula**, moradora da Praia de Inhaúma e costureira do *Tecendo Máscaras e Cuidados*.



“Tenho uma mercearia pequena na Maré, e durante a campanha estou fazendo transporte e entrega de cestas. Sempre chego cedo, ajudo também a carregar os carros, descarregar os caminhões que chegam... É importante ajudar a comunidade, eu me sinto satisfeito em poder colaborar”, **Djalma**, morador da Nova Holanda e motorista.

# Vidas negras importam

Como o racismo existente na sociedade produz exclusão e visão negativa do negro

ANDRESSA CABRAL BOTELHO

Quando a COVID-19 chegou ao Brasil, no final de fevereiro, falava-se que o vírus era democrático, atingindo a população brasileira de forma igual, mas a realidade é diferente. Ele pode, sim, infectar todas as pessoas, mas segundo os números, há uma desigualdade sociorracial, no que se refere ao coronavírus. A pandemia é apenas mais um atravessamento do racismo que a população negra enfrenta, que também é a que mais morre em decorrência da violência policial.

Enquanto pessoas de classes mais altas foram as primeiras a se contaminar, o vírus tem se espalhado e impactado, de forma bem mais severa, as pessoas mais pobres, consequentemente, as negras. A chance de um negro morrer por coronavírus é 38% maior que a de um branco, é o que mostra o levantamento feito pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), grupo de estudos de pesquisadores da PUC-Rio.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 209,2 milhões de brasileiros, 108,9 milhões são negros - população que o IBGE considera entre pretos e pardos -, totalizando 56,1% da população.

**X** "O problema da escravidão aqui no Brasil foi porque o índio não gosta de trabalhar, até hoje. (...) Foi por causa disso que eles foram buscar pessoas nas tribos da África, para vir substituir a mão de obra do índio" **RICARDO**

**ALBUQUERQUE DA SILVA**, procurador de Justiça do Pará, novembro de 2019

KAMILA CAMILLO



Ato "Vidas Negras Importam" aconteceu em meio à pandemia e após mortes em operações policiais

O racismo não está apenas nos comentários diminuindo pessoas negras, mas nas estruturas da sociedade brasileira. Enxergando indígenas, negros e outros povos como raças inferiores, por terem costumes diferentes, os colonizadores decidiram não apenas impor a sua cultura, idioma, religião a esses povos, mas também escravizá-los, por serem mão de obra barata e lucrativa. Desta forma, grupos indígenas brasileiros foram dizimados e negros africanos escravizados por séculos.

O reflexo disso podemos ver até hoje, diante das desigualdades que pessoas negras enfrentam. Mesmo maioria populacional, os negros são minorias em cargos de chefia, em programas de televisão, no Congresso Nacional e maioria nos índices de morte. O processo de abolição proporcionou liberdade, mas não políticas públicas para promover a inclusão do negro na sociedade.

Uma das faces do racismo é associar pessoas negras a coisas ou objetos, e elas são tratadas assim

desde o período da escravidão. O corpo branco era qualificado como culto e inteligente, enquanto o corpo do negro era visto como cheio de energia, forte e bom, apenas para o trabalho braçal - um estereótipo que ajudou a justificar a escravidão e é reforçado até os dias de hoje.

## Atores sociais na divulgação da informação

É papel de toda a sociedade lutar contra o racismo. Desde 2003, está em vigor a Lei 10.639, que fala da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira em disciplinas dos ensinos Fundamental e Médio. Entretanto, antes de abordar esses assuntos em sala de aula, os professores precisariam se reeducar e desconstruir alguns imaginários existentes sobre o assunto.

Já a imprensa, como produtora de conteúdos diversos, seja impressos ou audiovisuais, tem papel importante no fortalecimento do imaginário de pessoas negras, quando coloca atores negros sem-

pre em papéis específicos, como trabalhadoras do lar, motoristas, traficantes, pessoas agressivas ou personagens que têm forte apelo sexual.

Os coletivos que debatem racismo e questões raciais são fundamentais para compartilhar essa informação, como é o caso da Casa Preta da Maré, iniciativa da Redes da Maré. Mesmo com a pandemia, o projeto tem desenvolvido conversas virtuais para tratar do assunto. “A ideia é que a gente faça várias dessas *lives*, que a gente está chamando de *Café Preto em Casa*. São rodas de conversa com intelectuais negros, preferencialmente da Maré, ou que têm alguma ligação com a Maré, ou com movimentos ligados à favela, direitos da população em favelas”, contou **Pâmela Carvalho**, mestra em Educação e coordenadora do eixo Arte, Cultura, Memórias e Identidades, da Redes de Desenvolvimento da Maré.

### Vidas pretas e faveladas importam

Em meio à pandemia, lideranças negras e comunitárias se articularam e fizeram dois atos (31 de maio e 7 de junho), sobre a vida de jovens negros brasileiros que morreram em decorrência da violência policial. Apesar de ser um momento de isolamento, 273 pessoas da Região Metropolitana

do Rio de Janeiro foram mortas durante operações policiais entre março e abril deste ano, 37 pessoas a mais que no mesmo período em 2019, como afirma o Instituto de Segurança Pública (ISP).

E justamente por ser um momento crítico devido à pandemia, muito foi questionado sobre a necessidade de se fazer esses dois atos. “Não dá para a gente normalizar a morte de jovens como o João Pedro, assim como de tantos outros. Todas essas vidas importam! E a gente tem de começar a lutar, começar a correr atrás, para fazer barulho mesmo, para que a gente consiga mexer nessa estrutura que é tão racista e que invisibiliza a morte desses jovens pretos, pobres, favelados e periféricos”, observou **Thaís de Jesus**, coordenadora do FOPPIR, Fórum Permanente pela Igualdade Racial.

A morte de João Pedro, infelizmente, não é exceção. No País, 63 jovens negros morrem diariamente, um a cada 23 minutos, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). O Atlas da Violência mostrou, em 2019, que 75,5% das vítimas de homicídios no País são pessoas negras. Entretanto, os números parecem não comover parte da população ou o poder público, que não enxerga que o genocídio e a criminalização de pessoas pretas são também uma face do racismo.

“Se você está num parque à noite, escuro, e vê uma pessoa andando e essa pessoa é negra e ela tem os trejeitos de uma pessoa que parece ser um criminoso, você vai ficar com mais medo do que se você visse uma pessoa branca de terno e gravata” **LUISA NUNES**, *influencer*, junho de 2020

Essa é apenas uma das posturas cotidianas que reforçam a ideia de que pessoas negras são poten-

cialmente criminosas. Isso partiu de alguns pesquisadores do final do século XIX, como Raimundo Nina Rodrigues, médico legista, psiquiatra, professor, escritor, antropólogo e etnólogo brasileiro, que em seus estudos destacou a necessidade de se ter dois códigos penais: um para pessoas brancas e outro para negros e mestiços. A razão disso é que ele afirmava que o segundo grupo era composto por pessoas violentas, arruaceiras e que por essas razões elas seriam potenciais criminosas. Por considerar que indígenas, negros e mestiços eram raças inferiores, o médico dizia que eram incapazes de compreender normas sociais e cometiam crimes por instinto.

### Racismo é crime

Mesmo com acesso à informação e com o debate racial mais frequente dentro e fora das redes, ainda é comum que situações de racismo aconteçam cotidianamente, desde as mais veladas, as que passam despercebidas por algumas pessoas, assim como o racismo mais explícito. Importante destacar que nenhuma dessas atitudes deve ser considerada normal ou correta, mas é algo corriqueiro no cotidiano das pessoas negras.

Para isso, existem legislações, como a Lei nº 7.716/89, conhecida como *Lei Caó*, que criminaliza o racismo, assim como delegacias de crimes raciais, para fazer denúncias específicas sobre o assunto. “É importante que a pessoa que sofra racismo vá à Delegacia especializada e comunique o fato. A partir do momento que alguém se encoraja para denunciar, outras pessoas podem ir atrás de seus direitos”, observou **Paloma Oliveira**, advogada e membra da Comissão de Igualdade Racial da OAB-RJ. Ela destaca que a Constituição prevê que não há uma data específica para o crime de racismo ser denunciado. “Não importa se você sofreu racismo há três anos ou há um ano, o seu direito [de denunciar] vai ser garantido de qualquer forma”, concluiu.



Edição do Café Preto tem acontecido a cada 15 dias

# Os riscos de uma reabertura precoce

Por pressão econômica, cidade diminui isolamento e começa reabertura enquanto pesquisadores avaliam a medida como arriscada

HÉLIO EUCLIDES

O governador do estado, Wilson Witzel, publicou decreto no dia 5 de junho, liberando a reabertura de *shoppings*, bares, restaurantes, igrejas, estádios e pontos turísticos. Antes, a Prefeitura do Rio já tinha iniciado, no dia 2 de junho, as seis fases de flexibilização das medidas de isolamento social, com a reabertura gradual dos serviços não essenciais. Na capital, a reabertura gradual já entrou na segunda fase, permitindo o funcionamento de *shoppings*, além de alguns tipos de comércio de rua. A terceira etapa está prevista já para o início de julho, com a reabertura de lanchonetes, bares, restaurantes, academias e salões de beleza.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) divulgou um documento em que se posiciona contrária à flexibilização. Em relatório enviado ao Ministério Público do Estado, a UERJ recomendou a revogação do decreto que autoriza a suspensão das medidas restritivas. A organização humanitária *Médicos Sem Fronteira* também alerta para o risco de se fazer o relaxamento precoce, elevando o risco de espalhar o vírus. Segundo a organização, a pandemia de COVID-19 no Brasil se moveu das camadas mais ricas para as mais pobres da população, como as favelas. Relaxar o isolamento não significa que o comércio conquistou clientes.

O assunto fica mais evidente em conversa com al-

DOUGLAS LOPES



Com o anúncio do decreto de reabertura dos serviços não essenciais, comércios da Vila do João voltam a abrir

guns comerciantes: “A venda caiu no mínimo 10%. O povo não tem dinheiro. A flexibilização não influenciou em nada, no final do mês a tendência é piorar”, comenta **Valmir Martins**, comerciante de um *pet-shop* na Vila dos Pinheiros. “O comércio está uma bomba, sem movimento nenhum de clientes. A minha esperança é o fim do ano”, diz **Ângela Oliveira**, dona de um salão de beleza também na Vila dos Pinheiros. Os mercados, farmácias e casas de material de construção não sentiram tanto a pandemia. “Não fechei a loja e tive sempre clientes que precisam realizar reparos em casa”, conta **Maria Aparecida**, proprietária de casa de material de construção na Vila do João, um dos comércios que foram considerados como serviço essencial no período do isolamento.

## A pandemia ainda não acabou

O grande debate sobre o relaxamento se dá em torno da economia e saúde. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 3 milhões de pessoas perderam o trabalho entre os meses de março e abril. Especialistas em economia projetam que os 12 milhões de desempregados no País cheguem a quase 20 milhões até o fim do segundo trimestre de 2020, justificando a necessidade da abertura do comércio. Em contrapartida, esta reabertura, na opinião de especialistas da área de saúde, pode significar um aumento significativo de pessoas infectadas.

**Margareth Dalcolmo**, pneumologista e pesquisadora da Fiocruz, acredita que para a abertura é preciso segurança, um cuidado rígido, com apenas duas pessoas por loja, evitar colocar a mão no balcão, pois

isso pode ser um rápido contágio. “No País, há lugares em que ocorreu o relaxamento do isolamento e depois o fechamento de tudo, não foi a segunda onda da doença e sim a continuação da primeira, expõe. O período do inverno pode representar um risco a mais, com surtos de gripes, viroses, *influenzas*, vírus e outros coronavírus.

Para Margareth, relaxar o isolamento na cidade foi um ato apressado. “A pressão do comércio foi grande. Além disso, o isolamento da cidade foi meia-boca, com muitas pessoas tendo de trabalhar. Para piorar, se perdeu o momento adequado em abril de um *lockdown*”, expõe. Ela alerta que a ocasião não é de comemoração. “Não é o período de churrasco, baile *funk* e tampouco festinha de aniversário. É o momento de chorar os mortos e de se proteger para evitar o contágio”, conclui.

ARTES VISUAIS,  
MUSICAIS E  
LITERÁRIAS

A artista visual de múltiplas plataformas **Amora Moreira** (Instagram @amori.nha) trabalha com ilustração, grafite, *design* e é integrante da **PPKREW** (@ppkrew).

O grafiteiro e educador físico **Pablo Poder** (Instagram @poderpablo) atualmente desenvolve uma série de ilustrações manuais sobre fotografias de personalidades negras.

O **Discos Pretos** (Instagram @discos\_pretos) é um projeto de viabilização e circulação de discos e produções musicais de artistas pretos.

O artista e escritor da Baixada Fluminense **Cau Luis** (Instagram @cauluis.art) é autor do livro *Favela em mim* e desenvolve ilustrações, charges e desenhos.

**Jessé Andarilho** (Instagram @jesseandarilho) é escritor, autor dos livros *Fiel* e *Efetivo variável* e idealizador do **Sarau Tá no Ponto** (Instagram @sarautanoponto).

## CULTURA

A programação cultural da **Lona Cultural Municipal Herbert Vianna**, na Maré, está de volta com atividades 100% virtuais, no Instagram @lonadamare

O site **Museus do Rio** faz um apanhado de todos os centros culturais do Estado, permitindo que quem o acesse possa conhecer esses museus sem precisar sair de casa! <https://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php>

O **Vila 360** permite que quem visita o site possa visitar museus e espaços culturais de todo o país por dentro, utilizando a tecnologia da Google Arts & Culture. <https://vila360.com.br/museu-virtual-360-graus/>

**Filhos Da Rua** (instagram @sejafdr) é um coletivo de crias da Zona Oeste do Rio que lançou no final de junho o primeiro episódio do DaRua Cast, no Spotify, falando sobre vidas negras e racismo.

**Quilombo Etu** (Instagram @quilomboetu) é um coletivo-projeto de educação antirracista

a partir das culturas populares negras. Atualmente, desenvolvem a série *toca e fala*, articulando música e narrativas faveladas.

O projeto **Cavalcanti-se** (Instagram @cavalcanti.se) narra histórias do bairro Cavalcanti e de seus moradores, da Zona Norte carioca.

**Mestre Maurício Soares** (Instagram @mauriciobaianarica) é “baiana rica” da Nação de Maracatu *Estrela Brilhante* do Recife, da comunidade Alto José do Pinho. É uma das referências na dança do maracatu e atualmente realiza uma série de *lives* sobre cultura popular.

Jornalista e pesquisador, **Rafael Wollice** (Instagram @rwollice) cria conteúdo sobre relações raciais e culturas negras no seu Instagram.

A iniciativa **Elas Conduzem** (Instagram @elasconduzem) conta com as comunicadoras **Gabi Coelho** (@eugabicoelho), **Lethicia Amâncio** (@lethiciaamancio), **Taynara Cabral** (@taycabral) e

**Izabelle Simplicio** (@izasuburbia) em um *podcast* semanal no Spotify, trazendo o protagonismo feminino no mundo.

## LIVES

As *lives* dos artistas mais famosos do País também seguem no mês de julho. Enquanto os eventos presenciais estão suspensos, para evitar aglomerações, você mata a saudade pelos *shows on-line*.

**Teresa Cristina** - **todos os dias**, desde abril, à meia-noite

**Onde:** No Instagram @teresacristinaoficial

**Festival Sons da Rua**, 19h

**7 de julho**, Karol Conka

**9 de julho**, Emicida  
**Onde:** No Instagram @festivalsonsdarua

**10 de julho (sexta)**  
**Claudia Lette**, 19h30  
**Onde:** No YouTube da Claudia Lette

**25 de julho (sábado)**  
**Sorriso Maroto**, horário ainda não divulgado (até 24/06)  
**Onde:** No YouTube Samba Prime Oficial

# Desinfecção das ruas da Maré

A frente Cuidados e Prevenção de Saúde da campanha *Maré Diz NÃO ao Coronavírus* tem realizado desinfecção das ruas, becos, vielas, travessas e praças da Maré. Até o final de junho, as ruas do território tiveram uma película protetora, que mantém pisos e paredes protegidas contra a propagação da COVID-19.

Em parceria, Comlurb, Redes da Maré e associações de moradores estão atuando nesta iniciativa, que envolve cerca de 70 pessoas, além de dois carros de som que passam na favela, no dia anterior, no local a ser limpo, dando orientações sobre os cuidados para a população. É importante que se evite abrir as janelas ou sair de casa durante a limpe-

za, pois o produto pode gerar irritação na pele e nos olhos.

Em caso de contato indevido com o produto, as seguintes orientações devem ser seguidas:

- Caso tenha contato com a pele, lave o local com água corrente por, pelo menos, 3 minutos;
- Em contato com os olhos, deve-se lavar com água corrente abundante de 10 a 15 minutos, pelo menos;
- Evite o contato com a boca ou ingerir o produto. Caso aconteça, apenas lave a boca com água abundante e não provoque vômito;
- Se a irritação permanecer, é indicado entrar em contato com a associação de moradores, para auxílio e encaminhamento a uma unidade de saúde.

DOUGLAS LOPES



## PALAVRAS CRUZADAS

www.coquetel.com.br

© Revistas COQUETEL

Produto que evita rachadura nos lábios	Residir; habitar	A (?): sem rumo	Bases onde são pintados os quadros	Protetores da Branca de Neve (Lit.)	Indica a direção
Jogo de futebol não oficial					
				Samuel Rosa, vocalista do Skank	
Muito grande		Contemplei			
Tony Ramos, ator brasileiro		Forma de venda do chocolate			
Comer, em inglês			Na frente de		
			Aldeia indígena		
				Ernesto Nazare, compositor	
Os ladrões dos mares	4, em algarismos romanos		Natural (abrev.)		
			Conduz a canoa		
Artista como Ana Botafogo			Gesto de cumprimento	Complexo vitamínico contra a anemia	Cidade fluminense
Tem débito	Igualmente				
Significa "Central", em CIA	(?) de adão: o gogó				
				Número de letras do dígrafo	
Muito levada (criança)		D. Pedro (?), imperador do Brasil	Hélio (símbolo)		"Monstros (?)", filme
					Consoantes de "duto"
Passeio a pé		Lado onde o Sol se põe			
Ditongo de "obliqua"					

BANCO 3/let. 4/duas — esmo — pomo — 5/macacê.



**Solução**

E	T	S	E	O	O	U
V	D	V	H	N	I	V
C	d	E	E	O	C	O
V	S	A	V	A	F	S
M	S	M	B	M	B	C
Q	E	E	E	V	E	D
A	N	A	R	I	N	B
T	N	A	B	B	A	G
N	E	S	A	T	A	P
E	T	A	V	A	T	E
I	L	H	O	L	H	T
R	S	R	M	E	O	N
O	S	O	S	T	O	S
O	E	M				

# O MARÉ DE NOTÍCIAS TAMBÉM É SEU!

Envie suas sugestões de reportagem e colabore para o jornal que a Maré tem. Entre em contato pelo Zap:

(21) 97271-9410